



PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2026 - CMI
Referência: DISPENSA ELETRÔNICA N.º 002/2026
Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021

I. PANORAMA

1- Trata-se de processo de Dispensa Eletrônica n.º 002/2026-CMI, tendo como objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2 LINKS DE INTERNET COM PLANO CORPORATIVO DE 600 MEGAS FULL. (600 DOWNLOAD / 600 UPLOAD). ESPECIFICAÇÃO: FORNECIMENTO DE 2 LINKS DE INTERNET DE 600 MEGAS, DISTRIBUÍDO EM SETORES, CONFORME A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA - PA"**, conforme Edital de fls. 112/135;

2- Em Parecer Jurídico de fls. 101/108, onde foi analisada fase preparatória e minuta do Edital e seus anexos, foi dado parecer favorável para prosseguimento do presente processo de dispensa;

3- Conforme Edital de fls. 112/135 e da Ata da Sessão (fls. 405/408), o início do recebimento das propostas ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2026, às 09:00h., com data final de recebimento das propostas no dia 05 de março de 2026, às 09:00h., com data e hora para abertura das propostas: **05 de março de 2026, às 09:01h.**;

4- De acordo com a Ata de Propostas (fls. 143), apenas as empresas licitantes abaixo registraram valores, conforme segue:

LOTE 1			
Item: 1	Quant.: 10	Unidade: mes	Val. Ref.: 6.387,41
Descrição: Fornecimento de 2 links de internet com Plano corporativo de 600 megas FULL. (600 Download / 600 Upload). Especificação: Fornecimento de 2 links de internet de 600 megas, distribuído em setores, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Itaituba - PA, incluso os custos pela instalação.			
Autor	Marca/Modelo	Valor	
INFINITY STORE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Serviço	6.387,41	
MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP	Serviço	6.384,00	
F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	Serviço	6.387,41	
A G M SILVA SERVICOS LTDA	Serviço	6.380,00	



5- Ainda de acordo com Ata de Propostas (fls. 143), apenas as empresas abaixo anexaram propostas:

DOCUMENTOS ANEXADOS

INFINITY STORE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Horário: 05/03/2026 14:13

Documento: Documentos Conforme Edital

Endereço: <http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/7c4a038087144f34beb9b6753e3471ba.rar>

A G M SILVA SERVICOS LTDA

Horário: 06/03/2026 11:33

Documento: Documentos Conforme Edital

Endereço: <http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/bce044c3267049a5bbe028bee0abcec1.zip>

F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

Horário: 06/03/2026 18:14

Documento: Documentos Conforme Edital

Endereço: <http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/e1f4e87035dd4599a3b9fe834e4b20e3.rar>

6- É o breve relatório;

II. ANÁLISE JURÍDICA

7- O controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade;

8- Verifica-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, obedeceram as determinadas legais, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Igualmente se verifica em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos;

9- De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências;

10- Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria



autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações;

11- No presente caso, verifica-se que foram registradas 04 (quatro) propostas no início do processo. Contudo, apenas 03 (três) licitantes anexaram a proposta e documentações, conforme se verifica da Ata Propostas (fls. 143):

PROPOSTAS DO PROCESSO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
Processo Administrativo Nº 011/2026/CMI/DEL
Tipo: AQUISIÇÃO
CONDUTOR: JHULLÉ FERNANDA DE PAULA ALMEIDA
Data de Publicação: 27/02/2026 08:51:04

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 10 Unidade: mes Val. Ref.: 6.387,41

Descrição: Fornecimento de 2 links de internet com Plano corporativo de 600 megas FULL. (600 Download / 600 Upload). Especificação: Fornecimento de 2 links de internet de 600 megas, distribuído em setores, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Itaituba - PA, incluso os custos pela instalação.

Autor	Marca/Modelo	Valor
INFINITY STORE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Serviço	6.387,41
MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP	Serviço	6.384,00
F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	Serviço	6.387,41
A G M SILVA SERVICOS LTDA	Serviço	6.380,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

INFINITY STORE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Horário: 05/03/2026 14:13

Documento: Documentos Conforme Edital

Endereço: <http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/7c4a038087144f34beb9b6753e3471ba.rar>

A G M SILVA SERVICOS LTDA

Horário: 06/03/2026 11:33

Documento: Documentos Conforme Edital

Endereço: <http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/bce044c3267049a5bbe028bee0abcec1.zip>

F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

Horário: 06/03/2026 18:14

Documento: Documentos Conforme Edital

Endereço: <http://bnccompras.blob.core.windows.net/participantdocuments/e1f4e87035dd4599a3b9fe834e4b20e3.rar>

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

12- Após a análise da documentação apresentada pelas licitantes, foram inabilitadas as seguintes empresas:

LICITANTE	MOTIVO
INFINITY STORE COMERCIO E	Verificou-se ainda que a mesmo não atendeu



SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.	em sua totalidade o item 6.2; a), a) e c). Verificou-se que a empresa deixou de apresentar a Declaração de Adimplência conforme o item 8.9 do edital. Deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica assinado por Pessoa Jurídica de direito Público ou privado
A G M SILVA SERVICOS LTDA.	Verificou-se ainda que a mesmo não atendeu em sua totalidade o item 6.2, a), b) e c); 6.2.2 ³ A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de1992. Não atendeu o item 10.2, do Edital
MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP	Considerando que a licitante MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP, CNPJ: 08.219.232/0001-47, não atendeu a diligência solicitada para o enviou da consolidada e documento de Habilitação no prazo estipulado, sendo assim declaro o fornecedor Inabilitado da Dispensa Eletrônica 002/2026

13- De acordo com a Ata da Sessão Parcial (fls. 405/408) e da Vencedores do Processo (fls. 404), verifica-se que a Empresa **F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA.** - CNPJ/MF n.º 54.222.857/0001-85, foi a única habilitada, sendo declarada vencedora do certame no valor de **R\$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais);**

14- Instada a apresentar a planilha consolidada e a documentação de habilitação, o que foi obedecido pela licitante (conf. fls. 334/396), sendo que após a análise dos referidos documentos, foi declarada habilitada e



vencedora do certame, a Empresa **F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA.** - CNPJ/MF n.º 54.222.857/0001-85, que apresentou a melhor proposta, no valor de **R\$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais)**; conforme se verifica da Declaração do Vencedor do Processo (fls. 404), senão vejamos:

VENCEDORES DO PROCESSO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
Processo Administrativo Nº 011/2026/CMI/DEL
Tipo: AQUISIÇÃO
CONDUTOR: JHULLÉ FERNANDA DE PAULA ALMEIDA
Data de Publicação: 27/02/2026 08:51:04

				TOTAL DO PROCESSO: 63.300,00
F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA			54.222.857/0001-85	63.300,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 766	Lance: 6.330,00	Total: 63.300,00
Item: 1	Unidade: mes	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: Fornecimento de 2 links de internet com Plano corporativo de 600 megas FULL. (600 Download / 600 Upload). Especificação: Fornecimento de 2 links de internet de 600 megas, distribuído em setores, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Itaituba - PA, incluso os custos pela instalação.				
Quantidade: 10	Val. Ref.: 6.387,41	Valor Unit.: 6.330,00	Total Item: 63.300,00	

15- Compulsando os autos, verifica-se que a empresa vencedora do processo, atendeu as exigências editalícias, devendo ser mantida a decisão de habilitação da Empresa **F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA.** - CNPJ/MF n.º 54.222.857/0001-85;

16- Importante registrar, que na forma do art. 5º, da Lei n.º 14.133/21, entre os princípios que regem o processo licitatório, destacamos, entre eles, o da vinculação ao Edital convocatório, um dos pilares fundamentais para garantir a transparência, a igualdade de condições entre os concorrentes e a segurança jurídica do processo - e é essencial para assegurar que tanto a administração pública quanto os licitantes respeitem as regras previamente estabelecidas;

17- É cediço, que a Administração Pública está adstrita ao princípio da vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório devendo o órgão licitante respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento convocatório, como medida de garantia e de segurança jurídica aos participantes, até mesmo porque, inexistente nos autos, qualquer impugnação ao Edital;



18- Ademais, não consta no presente processo licitatório, a manifestação da vontade de interpor recurso da empresa licitante, gerando assim, o instituto da preclusão consumativa;

A. INSTRUÇÃO PROCESSUAL E ETAPA DE PLANEJAMENTO

19- No inciso I, do art. 72 da nova Lei de Licitações, o primeiro elemento a ser constituído para a contratação direta é o Documento de Formalização da Demanda - DFD (fls. 01/02), que se trata de peça hábil a identificar a necessidade do órgão público e apresentar descrições mínimas sobre o que se pretende contratar, a exemplo da especificação do objeto e a justificativa da contratação;

20- Em relação aos demais elementos citados no inciso (estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo), veja que o legislador se valeu da expressão "se for o caso", a qual não deve ser lida como um "cheque em branco" para se dispensar, de maneira discricionária, qualquer um dos documentos ali listados. A dispensa de algum dos documentos constantes do inciso I, somente deverá ocorrer diante (1) da incongruência fático-jurídica do objeto a ser contratado (ex: não é exigido projeto básico ou executivo em contratações que não se refiram a obras ou serviços de engenharia), ou (2) em razão de uma autorização específica prevista em lei ou regulamento próprio;

21- Anota-se que, num primeiro momento, diante da ausência de ato normativo que regule as hipóteses em que possa ser dispensada a juntada de estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo ao procedimento de contratação direta, faz-se necessária a confecção e juntada desses documentos aos autos;

22- O Estudo Técnico Preliminar tem por condão a identificação do problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação. A verificação tanto do preço a ser pago, como a correta identificação do objeto para a



caracterização do fundamento, dentre outros relevantes aspectos será resultado da devida elaboração dos referidos Estudos Técnicos Preliminares;

23- Da mesma forma, cabe à autoridade confeccionar os demais documentos mencionados no artigo 72, inciso I, em especial, para o presente caso: análise de riscos (a etapa de gerenciamento de riscos consiste na identificação dos riscos que possam comprometer o atendimento do interesse público, por meio da contratação pretendida, e na definição de métodos para seu tratamento. Sua materialização dá-se com a elaboração do mapa de riscos) e termo de referência (de acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o termo de referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; g) critérios de medição e de pagamento; h) forma e critérios de seleção do fornecedor; i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; e j) adequação orçamentária);

24- Deste modo, salvo a superveniente edição de algum ato normativo que venha a dispensar a juntada dos documentos constantes do artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 ou ainda alguma impossibilidade lógico-jurídico a ser devidamente motivada, devem ser colacionados aos autos a documentação pertinente ao planejamento (documento de formalização da demanda, ETP, análise de riscos e termo de referência), arrolada no referido inciso I do artigo 72;



25- De acordo com a documentação constantes dos autos, assim como do Parecer Jurídico de fls. 101/108 - reiterando-o e ratificando-o, sendo que o referido parecer passa a fazer parte integrante do presente parecer, deixando de transcrevê-lo em homenagem ao princípio da economia e da celeridade processual, assim como em observância à concisão -, todos os documentos exigidos para realização do presente certame, constam dos autos;

B. PESQUISA E JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

26- A previsão do inciso II, do art. 72, da nova Lei de Licitações se refere à realização da pesquisa de preços, de modo a se obter o orçamento estimado. Veja que o inciso remete justamente ao art. 23, que indica meios de se realizar a pesquisa de preços. De fato, embora o legislador permita a realização de contratações sem licitação, isso não implica o pagamento de qualquer valor pela Administração Pública, a vantajosidade continua a ser um pressuposto das contratações públicas. Uma pesquisa realizada de maneira completa é pressuposto inafastável para essas contratações;

27- Dentro desse cenário, a Lei nº 14.133/2021, previu em seu artigo 23:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive



mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.



28- O inciso V, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, indica como requisito para a contratação direta a necessidade de justificativa do preço. A exigência do inciso é justamente o de motivar, diante do contexto fático-jurídico da contratação, o porquê de se realizar a contratação por aquele montante;

29- No caso em análise, consta cotação de preços (fls. 04/11), reportando-se novamente ao Parecer Jurídico de fls. 101/108, foi justificado pelo Poder licitante, no Estudo Técnico Preliminar (fls. 14/19) e no Termo de Referência de fls. 23/27;

C. DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

30- O inciso IV, do art. 72, da Lei de Licitações se refere à necessidade de declaração da existência de recursos orçamentários para fazer frente à contratação pretendida. Assim, cabe ao gestor público atestar que há reserva de recursos para a presente contratação;

31- Além disso, como regra, cabe a autoridade também declarar a adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias da despesa, nos termos do inciso II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

32- Analisando os autos do presente processo de Dispensa Eletrônica, entendemos preenchidos o requisito, através da Declaração de Reserva Orçamentária de fls. 21, do setor de contabilidade;

D. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INOCORRÊNCIA DE ÓBICES

33- O inciso V, do art. 72, da Lei de Licitações determina que se comprove que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínimas necessárias. Reitera-se que as contratações diretas precisam continuar sendo vantajosas ao Poder Público, sendo inviável que se selecione qualquer sujeito para fornecer bens ou prestar serviços, devendo atender a qualificações mínimas (as



previstas nos artigos 66 a 70 da Lei) que sejam capazes de indicar, em tese, que o contrato será executado a contento;

34- Deverá o gestor, contudo, avaliar as circunstâncias da contratação a ser realizada, verificando-se quais dos requisitos de habilitação mostram-se necessários para a contratação em questão (ex: a depender do objeto - uma entrega imediata de uma quantia pequena de bens de consumo, por exemplo -, a exigência de habilitação econômico-financeira pode se mostrar indevida);

35- Nessa toada, deve ser trazida aos autos, por ocasião da contratação, toda a documentação destinada a comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como a comprovar a inexistência de óbices para a contratação da empresa pelo órgão ou entidade da Administração;

36- No caso em apreço, observo que a documentação relacionada à habilitação jurídica (art. 66, da Lei nº 14.133/2021) e a já mencionada habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68 da Lei nº 14.133/2021) e habilitação econômico-financeira (art. 69, da Lei nº 14.133/2021), apresentada pela Empresa **F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA.** - CNPJ/MF n.º 54.222.857/0001-85, está de acordo com a legislação; tendo o Agente de Contratação Certificado nos autos, a veracidade e autenticidade das Certidões, conforme se verifica às fls. 397/403;

E. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO

37- Em relação ao inciso VI, do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, há a necessidade de justificativa da escolha do contratado. Já que nas contratações diretas pode haver uma dose de discricionariedade na escolha do fornecedor a ser contratado, a sua seleção deve ser motivada. A motivação será variada a depender do fundamento da contratação direta;

38- No caso dos autos, verifica-se que a contratação em análise, atende aos requisitos do art. 75, II, da Lei de Licitações c/c o Decreto Federal n.º 12.807/2025;



39- Ademais, a Empresa **F S REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA.** - CNPJ/MF n.º 54.222.857/0001-85, conforme se verifica da Ata da Sessão de Julgamento, foi a que apresentou a proposta mais vantajosa, apresentando ainda, o menor preço, vez que foi a única dentre as classificadas na proposta, a comprovar os requisitos de habilitação;

F. AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

40- O inciso VIII, do artigo 72, da Lei de Licitações exige que haja a autorização da autoridade competente para que possa ocorrer a contratação direta. Essa exigência substitui a antiga previsão da prática de dois atos referentes às contratações diretas, que era o reconhecimento e a ratificação (artigo 26 da revogada Lei nº 8.666/93). Trata-se de uma mudança positiva, já que ambos os atos acabavam sendo realizados quase que simultaneamente, não havendo um verdadeiro aumento no controle da contratação direta por meio da prática de dois atos distinto;

41- No caso tem tela, consta a autorização da autoridade (fls. 28), atendendo assim, o requisito legal;

G. PUBLICIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

42- O Parágrafo Único, do art. 72, da Lei de Licitações se propõe a conferir publicidade às contratações diretas. A mudança em relação à Lei nº 8.666/93 é que antes se exigia que essa publicidade ocorresse por meio do Diário Oficial (o que, em realidade, somente gerava uma publicidade formal, mas não material), tendo sido substituído por divulgação em sítio eletrônico que, de acordo com o artigo 174, §2º, inciso III, é o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;

43- Assim, compete ao gestor realizar a publicidade do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato no PNCP, sem prejuízo de sua divulgação também ocorrer no sítio eletrônico do órgão;



44- Do mesmo modo, o contrato eventualmente firmado deve ser divulgado integralmente no PNCP, no prazo de 10 dias úteis contados da assinatura, com fundamento no artigo 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

45- Portanto, orienta-se para os prazos de publicação, conforme informado acima;

H. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

46- Deve-se atentar à previsão do artigo 12, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que fixa como regra que todos os atos pertinentes à licitação sejam feitos eletronicamente. Embora o artigo em comento se refira à licitação, sua teleologia se aplica igualmente às contratações diretas, é dizer, o procedimento de contratação por dispensa ou inexigibilidade deve ocorrer preferencialmente por meio de atos produzidos de maneira eletrônica;

47- Assim, para a contratação, deve ser formalizado processo administrativo digital (a realização de processo físico deve ser exceção, devidamente justificada nos autos), juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes;

48- Diferentemente da Lei nº 8.666/93 que facultava a utilização do termo de contrato a depender do valor da contratação direta por inexigibilidade, a Lei nº 14.133/2021 não incluiu no rol das exceções àquele instrumento contratual, no caso de prestação de serviços, essa forma de contratação direta. Ou seja, é obrigatório que a presente contratação direta ocorra por meio de instrumento contratual e que este seja juntado aos autos;

49- Cabe registrar o que dispõe o art. 92, da lei 14.133/21:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;



- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

50- Analisando o processo licitatório em questão, verifico que foram atendidos os requisitos legais exigidos na lei de licitações;



I. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

51- A Lei nº 14.133/2021 previu, como instrumento de planejamento macro das contratações públicas, a figura do Plano de Contratações Anual (PCA). Em seu artigo 12, inciso VII, consignou que "a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias;

52- Logo, cumpre à autoridade administrativa certificar-se de que a contratação que pretende, consta do PCA (fls. 30/45); o que se encontra justificado de acordo com o PCA constante dos autos;

III. CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, OPINO NO SENTIDO DE QUE ESTÃO PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DE REGULARIDADE JURÍDICA DO PRESENTE CERTAME LICITATÓRIO, RESSALVADO O JUÍZO DE MÉRITO DA ADMINISTRAÇÃO E OS ASPECTOS TÉCNICOS E FINANCEIROS, QUE ESCAPAM DA ANÁLISE JURÍDICA; OPINANDO PELA HOMOLOGAÇÃO DO PRESENTE CERTAME, NA FORMA DO ART. 75, II, DA LEI DE LICITAÇÕES C/C AS REGULAMENTAÇÕES DO DECRETO FEDERAL N.º 12.807/2025, ASSIM COMO POR ENTENDER CUMPRIDAS AS FORMALIDADES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS REQUISITOS DO ART. 72, DA LEI N.º 14.133/2021;

RECOMENDA-SE QUE PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, SEJA VERIFICADO SE EXISTE REGISTRO DE SANÇÃO APLICADA À EMPRESA VENCEDORA DO PRESENTE CERTAME LICITATÓRIO, POR MEIO DE CONSULTA EM *SITES* ESPECIALIZADOS, ESPECIALMENTE NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E



SUSPENSAS - CEIS E O CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS - CNEP (ART. 91, § 4º, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2023), TENDO EM VISTA QUE A EXISTÊNCIA DE PENALIDADE PODE ENSEJAR O IMPEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO;

RECOMENDO QUE APÓS ASSINATURA DO CONTRATO, SEJA O MESMO INSERIDO NO PNPC, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, POR SER CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA EFICÁCIA;

RECOMENDA-SE AINDA, A ATUALIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA QUE VIEREM A SAIR DA VALIDADE NO DECORRER DO PROCESSO, ATÉ A DATA DE ASSINATURA DO RESPECTIVO CONTRATO, SEGUINDO A MESMA RECOMENDAÇÃO PARA FINS DOS PAGAMENTOS.

Itaituba/PA, 10 de março de 2026.

Félix Conceição Silva
Assessor Jurídico/CMI
OAB/PA 10956